



ATA REUNIÃO *ONLINE* DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – CMDRSS

Data: 25/06/2020

Horário: 10:00 horas

Plataforma: Google Meet

Participantes:

André Ruoppolo Biazoti (Instituto Kairós); Araci Kamiyama (CDRS); Audrei da Costa (SVMA) Cristina Abi Jabbour (SMDet e Secretária Executiva CMDRSS); Cyra Malta (SMSUB/DA); Débora Sahyun (EDR SP/CDRS); Glenn Makuta (COMUSAN); Guta Chaves (Observatório da Gastronomia/SMDet); Janaína Belo (SMDU); José Antônio (Toninho) Teixeira (SMSUB/DA); Lucas Longo (SVMA); Luis Henrique Marinho Meira (SMDet e Presidente do CMDRSS); Luzia Souza da Silva (Agricultora Zona Sul); Magno C. F. de Paula (Agroverde, Agrocultor Zona Norte); Maria Clara Zuppardo (SMSUB/DA); Maria Lucia Bellenzani (RAPPA); Patricia Estevam (CDRS/SAA); Mathews Vichr Lopes (LoP/SMDU) Patricia Sepe (LoP/SMDU); Raquel Rizzi (SFA-SP/MAPA); Sueli Rodrigues (Agricultora Zona Leste); Tatiane Aparecida Soares Johann (SMSUB/DA/CAE Leste); Vanda Costa (Movimento de Agricultora Urbana Z. Oeste).

Em 25 de junho de 2020 foi realizada a 6ª reunião ordinária do ano de 2020 da nova gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, Biênio 2020/2021, por meio de plataforma digital.

Iniciada a reunião, o presidente deste CMDRSS Luis Henrique Marinho Meira cumprimenta a todos os presentes e expõe a pauta com os seguintes itens: balanço das informações recebidas referente à tabela dos agricultores (COVID-19) – questionário, auxílio aos agricultores na pandemia, moção Cooperapas, PLOA21, atualização do Plano Rural e informes.



Dando sequência aos trabalhos, foi informado pelo presidente do CMDRSS que a ATA do mês de maio será enviada posteriormente por e-mail.

André falou sobre o questionário – ainda não conseguiu marcar reunião pois parte dos membros do GT acabou não apontando as datas que seriam viáveis. Havia dois encaminhamentos: o 1º consolidar os questionários e produzir um relatório baseado e elaborar recomendações do CMDRSS. O 2º seria atender às demandas mais urgentes. Algumas das demandas são anteriores à pandemia como falta de acesso a crédito, falta de transporte e insumos, e acesso às políticas públicas existentes que foram potencializados pela pandemia. Mas, de alguma forma, é necessário ajudar esses agricultores com cestas básicas e kits de higiene e entender como esses alimentos chegariam aos agricultores na zona rural. Entender quem são e tentar apoiá-los de alguma forma por meio da estrutura da prefeitura e encaminhar alguma forma de apoio enquanto conselho. Do total houve 149 entrevistas válidas. 12 na zona leste, 1 na zona norte, 1 na zona oeste, 1 na zona central e 134 zona sul. André relatou ainda que já trabalhou na introdução do relatório, na metodologia e agora vai melhorar na produção de gráfico e dados/ tratamento dos dados. A finalização ocorrerá provavelmente no início de julho. Ideal seria que tivessem mais dados das zonas leste e norte mas na atual conjuntura não será possível coletar os mesmos; adicionou que os dados coletados já são bastante representativos do que é e como está a agricultura no município e atingiu uma base estatística interessante apesar de faltar dados de algumas regiões. Ainda falta fazer o relatório e publicá-lo. Trabalhar o material por meio do grupo de whatsapp.

Araci manifestou-se dizendo que a ajuda realmente é emergencial e há muitas iniciativas acontecendo, tanto da sociedade civil quanto do governo. Seria mais interessante se aproximar de iniciativas que já estão acontecendo. Importante ter este diagnóstico de onde estão as necessidades e se coloca à disposição para ajudar e inclusive conectar às outras iniciativas.

Patricia Sepe diz que estão sendo muito procurados por entidades que querem comprar produtos dos agricultores da zona sul, montar cestas e entregar para comunidades fora de parreiros. As informações estão desencontradas pois há



conhecimento de agricultores que estão precisando e por outro lado há os CRAS que estão distribuindo e ainda o Programa Cidade Solidária.

Raquel informou que há um programa de aquisição aberto pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) que está recebendo propostas até 13/07 e outro do município de SP com o Ministério da Cidadania, que inclusive foi informado pela SMDet que estava no Jurídico e que o Edital sairia em breve. Raquel pergunta se no questionário há o esclarecimento se o agricultor possui DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), e levanta a questão da vulnerabilidade exatamente por parte de quem produz alimentos na pandemia sobre quais seriam as possibilidades de facilitar essas compras e de como o Estado poderia integrar os programas. O que está ocorrendo é que quem está produzindo alimento está demandando auxílio de assistência social. Falta uma estratégia combinada para evitar o ciclo de quem produz alimento ser um demandante da política de assistência social.

André recomenda fazer reunião do GT e não postergar a mesma. Concorde com a Patrícia Sepe em chamar o Domingos para o GT e equipe do LoP que aplicou os questionários pois os mesmos foram enviados sem os nomes do agricultor/a e, por exemplo, para as demandas de cesta básica e produtos de higiene, há a necessidade de saber o nome e onde estão visto que hoje só há a região. Vai fazer a separação dos que responderam que precisavam dos itens alimentícios e de higiene e saber quem são, onde estão, estudar em fazer um segundo contato e fazer o direcionamento. Solicitou que os membros que são do poder público se manifestassem a respeito de qual seria a melhor forma do Estado dar acesso a essas cestas básicas. E, por ser um público de zona rural, tem a impressão de que a Assistência Social não conseguiria resolver. E há vários grupos da sociedade civil que tem feito este tipo de apoio. O desdobramento do questionário servirá para dois objetivos: entender a situação dos agricultores pandemia e necessidade individual e quais as possibilidades que a prefeitura tem de encaminhar essa questão por meio do Programa Cidade Solidária, Cesta Verde ou outros que existem e, ainda, o que o CMRSS faz com essa informação, seja por meio de um programa da prefeitura ou repassando esses dados para grupos da sociedade civil que possam ajudar de fato. Ainda questiona se para participar dos programas, se o munícipe deve fazer algum cadastramento no CRAS ou como fazer para participar dos programas em vigência? Entende que o grupo que vai



se reunir precisa operar de modo emergencial. Respondendo à Raquel não havia questionamento sobre DAP, mas entende que o LoP poderá ter essas informações. E ainda que essa questão das DAPs poderia constar das Recomendações do questionário. Entende que o papel do CMDRSS formatar a demandas e operacionalizar por meio do Grupo de Trabalho.

Domingos trouxe informações acerca do questionário aplicado na zona sul. Domingos e Rute aplicaram a pesquisa e faziam o encaminhamento para o CRAS, Conosco, Sim, é uma entidade conveniada com a SMADS / CRAS em Parelheiros e Capela do Socorro, IBEAC que o próprio CRAS havia indicado para acessar cestas básicas e kits de higiene. Com as entidades era mais fácil conseguir do que com o CRAS que distribuía também doações do Programa Cidade Solidária, uma vez que pelo último o munícipe deveria fazer parte do Cadastro Único, mas nem todos possuem e-mail e CEP regular. O restaurante da Marlene estava fazendo “marmitex” e cesta básica para doação então alguns agricultores foram encaminhados. A Rede Barragem e uma outra de Marsilac também estavam disponibilizando doações e assim outros agricultores foram encaminhados. A Cesta básica do Programa Cidade Solidária é relativamente pequena, então, dependendo do tamanho da família, eram encaminhadas para outras instituições para complementação. Patricia Sepe comentou que seria importante que o grupo de trabalho separasse a relação de agricultores que já receberam ajuda e identificar aqueles que ainda não receberam, e mesmo aqueles que receberam, quais ainda precisariam de ajuda. Domingos relatou que quando as entidades são gestoras de equipamentos públicos como CCA e Creches, eles mantêm as doações para as famílias e ainda que a Defesa Civil de Parelheiros também estava envolvida na coleta de doações. Foi marcada para a reunião para 2ª feira, 29/06 às 10h: Rute, Domingos, Patricia, Aracy, Luis Henrique, Tatiane, Wanda, Maria Lúcia e Magno. O mesmo grupo trabalhará no questionário/ relatório e encaminhamento das demandas dos agricultores. A aprovação do relatório será de forma online.

Dando seguimento à reunião, com relação a próxima pauta, PLOA21, Patricia Sepe fez uma relatou que foi realizada uma única conversa, Toninho e Cyra ficaram de levantar no orçamento vigente 2020 o que foi reservado e o que foi executado e Patricia olhou na peça orçamentária dos anos anteriores como aparecia o tema agricultura, vai consolidar as informações e enviar a todos. É muito difícil buscar o que



é destinado e o que está sendo executado. Não achou nada com a palavra “agricultura”. Achou algo com “agroecológico”. Hoje, no orçamento vigente, encontrou em dois lugares: gabinete da SMSUB, manutenção e operação da patrulha rural, (R\$ 800 mil), na SMVA Programa Viva Agroecologia nas escolas municipais (R\$ 50 mil) e na SME Projeto Agrofloresta sustentável (R\$100 mil). Esses são os únicos itens encontrados que estão explícitos. Depois buscou por segurança alimentar e desenvolvimento econômico e cooperativismo e achou na SMDet (R\$ 2 milhões). Toninho mencionou que há uma licitação em vigência relacionada à patrulha rural para contratação de tratorista e dois ajudantes e há orçamento para insumos (ferramentas e insumos para mudas) totalizando R\$ 900 mil.

Patrícia disse que os valores estão espalhados nas secretarias. Ao fazer a tabela, será possível enxergar melhor as dotações e onde estão. Mesmo que a pauta esteja fragmentada em várias secretarias, é importante ter dotações específicas para a temática. Será enviado para as secretarias a carta com as considerações do CMRSS sobre o orçamento. Também importante pensar num orçamento para o próprio CMRSS para, por exemplo, transporte para trazer os agricultores às reuniões e lanche e ainda que seria que teria espaço para refletir sobre as demandas.

Maria Clara ressaltou que seria importante colocar uma dotação especificamente para agricultura para facilitar o controle tanto de servidores públicos como para o controle social. Em 2019 também houve empenho e dispêndio para a inauguração da Escola Agroecológica. Patrícia informou que a inauguração e reforma do Parque e Escola Agroecológica deu-se com recursos advindos de um TCA. Toninho e Maria Clara informaram que a reforma da CAE Sul ocorreu com recursos financeiros da SMSUB e a aquisição das despoldadeiras de Cambuci e freezers por meio de um Convênio com o Governo Federal.

Patrícia Sepe disse que é importante ter um orçamento específico para as CAEs e não conseguiu identificar os recursos dos TEIAs.

Magno questionou como acessar o orçamento dos insumos que não foram executados e como ter acesso a esses insumos. Toninho disse que vai encaminhar para licitação.

Houve dúvidas com relação às mudanças que ocorreram com relação à Administração Indireta, incluindo o futuro da Adesampa. Patrícia se comprometeu a fazer a tabela de orçamento e foi marcada para 4ª feira a reunião, dia 1º de Julho.



D. Maria Alves, conselheira suplente representante dos agricultores da Zona Norte, relatou que um documento será enviado por e-mail ao CMDRSS sobre acontecimentos importantes que estão ocorrendo na Comuna da Terra, como ameaça de invasão à área de produção e área de APP. Após o recebimento da carta o assunto será prontamente encaminhado. Magno aproveitou o momento e relatou que a principal questão da Zona norte é a regularização fundiária e perguntou como o CMDRSS pode ajudar e interferir junto ao INCRA. Luis Henrique sugere um grupo de estudo sobre situação fundiária e área rural. Patricia Sepe sente falta da SMVA como coordenador da ação de fiscalização de invasões e ameaças a áreas de APP. Toninho relatou que é importante que se faça uma visita ao local e verificar o que está acontecendo de fato e aferir se a área invadida é área de APP. Se confirmado, o ideal será acionar o polícia ambiental do município e a Polícia Ambiental do Instituto Florestal.

Moção da Cooperapas: foi respondida pela área técnica da CODAE mas ainda será apreciada pelo Gabinete da SME e enviado ao ponto da CMDRSS pelo SEI. Foi informado por Patricia Sepe que não caberia mais recurso segundo informações repassadas a ela devido ao tempo decorrido. De qualquer forma o CMDRSS aguardará o andar do processo SEI.

Informe: Luis Henrique discorreu sobre o status do Plano Rural, ainda no mês de Junho trabalhou-se bastante no plano e que o mesmo seguiu para revisão ortográfica, na sequência será enviado à Assessoria Jurídica da SMDet e por fim à ATL, Assessoria Técnico-Legislativa do Gabinete do Prefeito. Patricia Estevam, CDRS está fazendo um novo levantamento com os produtores (junho), os primeiros foram feitos em abril e maio, para saber como a pandemia está interferindo na produção e comercialização dos agricultores. Patricia Sepe: Projeto Ligue os Pontos foi prorrogado de até março/2021. Seria importante solicitar à coordenação do Projeto que se faça uma nova apresentação ao CMDRSS.

Acabou a reunião. Audrei informou no chat que foi realizado o levantamento de hortas nos parques municipais e futuramente poderão utilizar esses espaços para oficinas e cursos em agroecologia, permacultura e desenvolvimento sustentável no intuito de sensibilizar as pessoas no entorno dos mesmos. Comentou que encaminhará o estudo

Expirado o horário da reunião os trabalhos foram finalizados.